



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 15/2016

Da reunião pública ordinária da Câmara Municipal de Alcoutim

Realizada em 27 de julho de 2016

----- Aos vinte e sete dias do mês de julho de dois mil e dezasseis, nesta Vila de Alcoutim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, José Pereira, Paulo Paulino, Dalila Barros, respetivamente presidente e vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

----- O sr. presidente informou os membros presentes da não comparência do sr. vereador José Galrito na reunião, dado que, o mesmo se encontra de férias. . -----

----- **JUSTIFICAÇÃO DA FALTA:** -----

----- A Câmara considerou justificada a falta do sr. vereador, nos termos da alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Verificando-se a presença da maioria dos membros da Câmara, o Senhor presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: O presidente da Câmara usou da palavra para proferir a seguinte declaração, que se passa a transcrever: "Declaração sobre a Possibilidade de Suspensão de Fundos Europeus atribuídos a Portugal - A possibilidade de ser decidida, como sanção sobre a alegada inexistência de ação efetiva para cumprir as metas orçamentais estabelecidas para o período entre 2013 e 2015, a suspensão parcial de certos fundos europeus de que Portugal beneficia, deve ser descartada. Essa decisão seria injusta, ilógica e contraproducente. Seria injusta, porque é evidente o esforço feito, em Portugal, por todos, das autoridades políticas nacionais, regionais e locais aos parceiros sociais e dos agentes económicos às famílias, para superar a crise, equilibrar as contas e reconstruir as bases da competitividade nacional. Seria ilógica, porque Portugal é reconhecidamente um dos Estados-membros da União Europeia com melhor utilização dos fundos, isto é, com um mais completo e mais eficiente uso dos recursos postos à sua disposição. Seria contraproducente, porque prejudicaria o esforço não menos notável que o país vem fazendo para consolidar a recuperação económica e enfrentar, com ambição reformista, os problemas estruturais que ainda afetam o seu desenvolvimento. A suspensão, ainda que parcial, dos fundos significaria, portanto, penalizar a sociedade portuguesa precisamente no elemento que ela mais conseguiu preservar, nos anos duros do ajustamento: a sua própria coesão. Num momento em que o investimento é absolutamente crítico mas não pode ter como fonte determinante o Orçamento de Estado, seria um absurdo lógico e um erro de política económica dificultar o recurso ao financiamento e aos incentivos associados aos fundos europeus. É que as empresas, o Estado, as Regiões Autónomas, as Autarquias, as instituições da sociedade civil, têm em tais fundos pontos de apoio indispensáveis para as iniciativas de criação de riqueza e de emprego, para a melhoria das infraestruturas, para a qualificação do capital humano, para a capacitação em tecnologia e inovação. Portugal inteiro realizou, no passado recente, um enorme esforço de ajustamento. Pagou um alto preço, em termos de recessão, desemprego, emigração, quebra nos rendimentos. Ainda assim, preservou condições que são essenciais para o desenvolvimento, como a resiliência e a solidariedade coletiva, a estabilidade institucional, o diálogo e a coesão social. Está

inexistência de *“luz no estabelecimento”*, pelo que questiona o *“que se passa com o mesmo, uma vez que é pertença da Autarquia”*. -----

----- O presidente da Câmara interveio para mencionar que teve conhecimento que *“houve um problema com o fornecimento de luz”* no Bar da Praia Fluvial, no entanto, considera que a anomalia foi momentânea, tendo o vereador Paulo Paulino acrescentado ainda que o problema prendeu-se com o corte de energia, e que a situação foi reposta com a maior celeridade possível, pelo concessionário da Praia Fluvial. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para frisar que considera que o presidente deverá averiguar a situação, dado que o assunto é pertinente pelo facto de estarmos *“em plena época balnear, e com muitos visitantes”*, bem como fazer alguma pressão, *“para que a situação não volte a acontecer”*. ----

----- O presidente da Câmara interveio para referir que irá averiguar *“aquilo que efetivamente se passou, bem como os danos colaterais que daí possam advir”*, bem como informar que as Atas da Assembleia Municipal já se encontram no site da Autarquia, e que envidará esforços para que o equipamento telefónico fique restabelecido, o mais depressa possível. De seguida solicitou a colaboração do vereador Paulo Paulino para prestar os devidos esclarecimentos, no que concerne às revistas municipais. -----

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para esclarecer que a anomalia com as revistas municipais prende-se com questões técnicas, nomeadamente *“a passagem do anterior site para o atual, tendo em conta o peso das mesmas”*. Findou referindo que a empresa Visualforma não conseguiu fazer essa transferência, porém, *“é uma situação que já foi solicitada, e têm que voltar à carga”*. -----

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar *“que já ouviu essa desculpa há dois anos atrás, já vamos no 3.º ano do seu mandato e não nos queira passar a mensagem que a Visualforma não consegue colocar pelo menos uma revista, mas consegue colocar outras, arranje lá outra desculpa”*. -----

----- A vereadora Drª. Dalila Barros usou da palavra para referir que a desculpa apresentada pelo presidente, relativamente ao Bar da Praia Fluvial foi *“uma desculpa, dado que posteriormente o vereador Paulo Paulino referiu que o problema prendia-se com o corte no abastecimento de luz, por razões que*

firmemente comprometido com o objetivo da consolidação orçamental e, ao mesmo tempo, com um exigente programa nacional de reformas, capaz de responder aos desafios estruturais. Os fundos europeus são recursos importantes para a economia e o desenvolvimento, e o principal instrumento financiador das mudanças estruturais consubstanciadas no Programa Nacional de Reformas, que ainda recentemente mereceu a concordância da Comissão Europeia. São fatores críticos, quer de coesão, quer de convergência e competitividade. Ajudam a qualificar o território, as instituições, os recursos humanos e a iniciativa económica. Portugal é um dos Estados-membros com melhor registo no modo como os aproveita e na eficiência com que os aplica. Merece-os pelo seu trabalho. Merece-os pelo seu sentido de compromisso. Portugal merece, da Europa a que pertence e que ajuda a construir, apoio e não castigo. Merece incentivos economicamente inteligentes e politicamente sensatos, e não decisões injustificadas, absurdas e de efeitos muito negativos. Por isso, apelamos às instituições europeias para que não seja prosseguida a intenção de suspensão de fundos europeus a Portugal. Em nome da justiça. Em nome do desenvolvimento. Em nome da ideia de Europa". De seguida entregou aos vereadores da oposição os documentos solicitados, na reunião anterior, nomeadamente as candidaturas submetidas ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), bem como despesas efetuadas com a Associação Cumeadas, no ano de 2016. -----

----- O vereador José Pereira interveio para questionar se a declaração apresentada foi discutida em sede da Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL), bem como solicitar cópia do documento, tendo o presidente informando que a declaração foi apresentada pela Associação Nacional dos Autarcas do Partido Socialista (ANAPS), "*onde os mesmos propuseram a subscrição de todos os autarcas*". Foi entregue cópia do documento. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros usou da palavra para dar nota que o equipamento telefónico da Sala da oposição encontra-se com anomalias, pelo que solicita a sua rápida reparação. Continuou questionando o porquê das Atas da Assembleia Municipal (2016) e Revistas Municipais, do anterior executivo, se encontrarem omissas no site da Edilidade. Finalizou referindo que teve conhecimento de uma reclamação, com o Bar da Praia Fluvial, devido a

R at.

cabem ao proprietário”, pelo que “espera” que a questão seja resolvida e que “a Câmara Municipal não seja a mãe desta situação”. -----

----- O vereador José Pereira interveio para questionar quando é que está previsto o término da obra no Bairro do Rossio (Alcoutim), relativa ao Orçamento Participativo (OP) de 2014, uma vez que *“estamos a falar de uma zona de lazer, visitada, habitada, e que se arrasta há bastante tempo”.* -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para mencionar que a *“sua preocupação é exatamente igual há minha”*, no entanto, dará instruções para que a mesma seja terminada num curto espaço de tempo, nomeadamente *“até ao final do verão”*. Findou referindo que a não conclusão da obra prende-se com a deslocação dos assistentes operacionais, para outros locais. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **INFORMAÇÕES DIVERSAS - FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º141) respeitante ao dia 26 de julho, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.655.738,42; -----

----- Operações Orçamentais - € 1.351.395,33; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 296.930,94. -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** O sr. presidente pôs à discussão a: -----

----- **Ata n.º 14/2016**, da reunião pública ordinária, realizada no dia 13 de julho de 2016, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes.

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 1 (uma) abstenção do presidente da Câmara, aprovar a referida Ata, por não estar presente na reunião. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DO LOTE 1 A ALTAIR FERREIRA DE OLIVEIRA/RATIFICAÇÃO:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com o n.º

3 do artigo 10.º do Regulamento Municipal do Loteamento da Zona Industrial de Alcouthim a ratificação da Ata para atribuição do lote 1, pelo valor de € 1.285,35 (mil duzentos e oitenta e cinco euros e trinta e cinco cêntimos), à entidade Altair Ferreira de Oliveira. -----

----- O vereador José Pereira interveio para pedir desculpa pela sua não comparência na reunião da Comissão, bem como questionar qual é o Regulamento que se encontra em vigor, dado que em reuniões anteriores, existiram dúvidas, no que concerne *“a uma proposta apresentada sobre a suspensão do Regulamento”*, em que foi solicitado parecer à Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), tendo o vereador Paulo Paulino esclarecido que os lotes serão adjudicados, ao abrigo do Regulamento existente, não existindo qualquer alteração, bem como informar que o parecer jurídico da ANMP já se encontra na Câmara, porém, não poderá facultar o mesmo, dado que o Chefe de Divisão, Dr. José Pires, encontra-se de férias. O vereador José Pereira continuou a sua intervenção mencionando que foi contactado à *“duas ou três semanas atrás”*, pelo Dr. José Pires, para incluir o referido ponto, na ordem de trabalhos, *“porque o parecer jurídico chegava nesse dia”*, e como tal considera que o executivo permanente, *“já tinha tempo suficiente para dar conhecimento aos vereadores opositores ou traze-lo a reunião de Câmara”*. Finalizou referindo que devido ao *“impasse do Regulamento, fica na dúvida para se pronunciar sobre o assunto”*. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para referir que os lotes foram adjudicados *“a pessoas que têm consciência que os timing previstos no regulamento são satisfatórios”*, sendo que existe um lote que não irá ser adjudicado, dado que, o responsável *“não se sente confortável”*. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para frisar que *“não são as pessoas que devem estar confortáveis”*, uma vez que existe um Regulamento em vigor e os concorrentes tem conhecimento do mesmo, e como tal *“os concorrentes sabem quais as obrigações a cumprir”*. -----

----- O presidente da Câmara interveio para mencionar igualmente que o parecer jurídico não foi facultado, devido ao Chefe de Divisão se encontrar de férias. -----

At.

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros usou da palavra para mencionar que *“a desculpa apresentada é uma desculpa, e tem o valor que tem”*. Continuou questionando se os lotes vinte e três, nove, cinco e um foram opção dos concorrentes ou foram os lotes que estavam em concurso? Solicitou ainda explicação sobre os produtos finalizados/embalados, pertencente ao lote adjudicado a Altair Ferreira de Oliveira, bem como sobre o valor/montante do lote, dado que existe uma discrepância de valores entre o conteúdo da Ata da Comissão (800 m²) e proposta (1.295,35 m²). -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para esclarecer que são os lotes que se encontram disponíveis *“e que satisfazem os interessados”*, no entanto, existem outros desocupados para adjudicar. Relativamente aos produtos finalizados/embalados explicou que os mesmos derivam de cacau, sendo a principal atividade da empresa a moagem/produção/embalamento de chocolate, tendo a vereadora Dr^a. Dalila Barros referindo que *“espera que tenhamos mais sorte, do que aconteceu em Martim Longo”*. O vereador Paulo Paulino findou referindo que o interessado do lote prendia uma área de 800 m², porém, foi adjudicado um lote com área aproximada (1295, 35 m²), dado que não existia qualquer lote com a área pretendida, reconhecendo que existe uma gralha/erro no conteúdo da Ata da Comissão e proposta. -----

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que é da opinião que deverá ocorrer uma retificação da Ata da Comissão, dado que *“são erros atrás de erros”*, e como tal questiona *“se o assunto é assim tão urgente”*. ----

----- O presidente da Câmara suspendeu a reunião por cinco minutos, para esclarecimentos adicionais. -----

----- Retomou a reunião, passado o tempo previsto. -----

----- O presidente da Câmara interveio para esclarecer que após o contato telefónico com o Chefe de Divisão, Dr. José Pires, o mesmo referiu que não existe motivo para o assunto ser retirado, uma vez que o que consta na Ata da Comissão é um erro de escrita. Quanto ao não constar qualquer informação sobre a área pretendida e adjudicada referiu *“que em nada conflitua”* com o regulamento. Finalizou frisando que o assunto é urgente devido *“a satisfazer as pretensões dos empresários”*. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com voto

de qualidade do presidente e 2 (duas) abstenções dos vereadores srs. José Pereira e Dr^a. Dalila Barros aprovar a referida proposta. -----
Apresentaram a seguinte declaração de voto, que se passa a transcrever: “*A razão da nossa abstenção é porque a Ata da Atribuição dos lotes, não corresponde, à realidade daquilo que vai ser atribuído*”. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DO LOTE 23 A FONTE D’ALMECE, LDA/RATIFICAÇÃO:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com o n.º 3 do artigo 10.º do Regulamento Municipal do Loteamento da Zona Industrial de Alcoutim a ratificação da Ata para atribuição do lote 23, pelo valor de € 941,23 (novecentos e quarenta e um euros e vinte e três cêntimos), à entidade Fonte D’Almece, Lda. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com voto de qualidade do presidente e 2 (duas) abstenções dos vereadores srs. José Pereira e Dr^a. Dalila Barros aprovar a referida proposta. -----
Apresentaram a seguinte declaração de voto, que se passa a transcrever: “*A razão da nossa abstenção é porque a Ata da Atribuição dos lotes, não corresponde, à realidade daquilo que vai ser atribuído*”. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DO LOTE 5 A CAETANO COSTA E COSTA, LDA/RATIFICAÇÃO:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com o n.º 3 do artigo 10.º do Regulamento Municipal do Loteamento da Zona Industrial de Alcoutim a ratificação da Ata para atribuição do lote 5, pelo valor de € 1.298,83 (mil duzentos e noventa e oito euros e oitenta e três cêntimos), à entidade Caetano Correia Costa & Costa, Lda. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com voto de qualidade do presidente e 2 (duas) abstenções dos vereadores srs. José Pereira e Dr^a. Dalila Barros aprovar a referida proposta. -----
Apresentaram a seguinte declaração de voto, que se passa a transcrever: “*A*

R 04.

razão da nossa abstenção é porque a Ata da Atribuição dos lotes, não corresponde, à realidade daquilo que vai ser atribuído". -----

----- **ATRIBUIÇÃO DO LOTE 9 A F.C CUSTÓDIO REBOQUES, LDA/RATIFICAÇÃO:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com o artigo 34.º do Regulamento Municipal do Loteamento da Zona Industrial de Alcoutim se adie o momento da negociação, pelo período de oito meses, relativo à candidatura para aquisição do lote 9 do Loteamento Zona Industrial de Alcoutim, por parte da empresa F. C. Custódio Reboques, Lda. -----

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que considera que se deve recusar a pretensão do empresário, dado que o mesmo, não cumpre os requisitos do Regulamento, *"e quando o mesmo queira retomar a aquisição terá a liberdade como todos os outros para adquirir o lote"*. Findou referindo que o assunto deveria ter sido decidido em reunião da comissão, e não ter sido presente a reunião de Câmara Municipal. -----

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para explicar que segundo o artigo 34.º do Regulamento refere *"quaisquer omissões ou dúvidas relativas à aplicação do presente Regulamento serão resolvidas pela Câmara Municipal de Alcoutim, com observância da legislação aplicável"*. -----

----- O vereador José Pereira interveio novamente para mencionar que se existem Regulamentos na Autarquia *"são para cumprir"*, e nesse sentido considera que tem que existir igualdade de oportunidades para todos. Concluiu referindo *"que podemos estar a cometer um erro ao facilitar um concorrente, seja ele quem for"*. -----

----- O presidente da Câmara interveio para mencionar que devido às dúvidas suscitadas, irá retirar o ponto, para esclarecimentos adicionais. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE APOIO ECONÓMICO A FAMÍLIA CARENCIADA/REQ. JOSÉ MANUEL TEIXEIRA – PROCESSO N.º 11/2016:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no

sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberar atribuir uma comparticipação financeira no montante de € 1.559,81 (mil quinhentos e cinquenta e nove euros e oitenta e um cêntimos), ao sr. José Manuel Teixeira, para fazer face a despesas com medicação, consulta de oftalmologia e aquisição de óculos. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **ALIENAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com a alínea g) do artigo 33 do anexo I da Lei n.º 75/2013, alienar uma parcela de terreno do domínio privado municipal, identificada no registo do Sistema de Inventário e Cadastro Municipal com o número 413, à Srª. Rosário Cavaco Teixeira Baptista, pelo valor de € 350,00 (trezentos e cinquenta euros), conforme proposto pela Comissão de Avaliação do Património Municipal. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com voto de qualidade do presidente e 2 (duas) abstenções dos vereadores srs. José Pereira e Drª. Dalila Barros aprovar a referida proposta. -----

----- **PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A ASSOCIAÇÃO ODIANA – GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL (GIP) / RENOVAÇÃO DE 01 DE AGOSTO DE 2016 A 31 DE JULHO DE 2017:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com a LCPA e conjugado com o disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Protocolo entre o Município de Alcouthim e a Associação ODIANA, com uma previsão de custos de € 2.875,00 (dois mil oitocentos e setenta e cinco euros), no âmbito das despesas associados à contratação de animador para o Gabinete de Inserção Profissional . -----

R ad.

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta.-----

----- **ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCOUTIM/MANUTENÇÃO DO CARRO FUNERÁRIO:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a atribuição de comparticipação financeira de € 479,60 (quatrocentos e setenta e nove euros e sessenta cêntimos), à Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim, para fazer face a despesas de manutenção do carro funerário. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE SEIS FOGOS DE HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL EM REGIME DE RENDA APOIADA – PROGRAMA DE CONCURSO:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar proceder à abertura de concurso de classificação relativo à atribuição de seis fogos de habitação social em regime de renda apoiada, três fogos na vila de Alcoutim e três fogos na aldeia de Vaqueiros, conforme o disposto no número 1 do artigo 6.º do Regulamento Municipal de Atribuição e Gestão de Habitação Social, em regime de Renda Apoiada, propriedade do Município de Alcoutim, bem como aprovar o programa de concurso. -----

----- A vereadora Drª. Dalila Barros interveio para questionar se estão salvaguardadas as casas para os técnicos de saúde (médicos, enfermeiros). De seguida solicitou esclarecimentos sobre o ponto quinto do programa de concurso, uma vez que não se encontra perceptível “ 1. O concurso é aberto pelo período de trinta dias; 2. O concurso tem a validade de um ano”. -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer que as casas dos técnicos encontram-se salvaguardadas, e que o prazo de concurso é extraído

do Regulamento em vigor, em que os interessados tem um prazo de um ano para concorrer às habitações disponíveis. -----

----- O vereador José Pereira interveio para referir que existe uma contradição, dado que no momento, ainda não temos conhecimento do número de concorrentes, *“mas como estamos a limitar o concurso pelo prazo de trinta dias, considera que o concurso deveria estar aberto enquanto houvesse habitações para arrendar”*. Findou referindo que, caso o mesmo não se encontre aberto, e surja uma necessidade, não poderemos atribuir a habitação.

----- O vereador Paulo Paulino interveio para referir que *“num período de trinta dias poderão aparecer dez candidatos para as habitações disponíveis (seis), e que num prazo de um ano poderá haver uma desistência, e como tal haverá um interessado que pode preencher esse lugar/habitação”*, tendo o vereador José Pereira salientado que o problema poderá ser colocado ao contrário, nomeadamente quatro concorrentes para seis vagas, como tal considera que os concorrentes ao *“consultarem o programa de concurso poderão ficar com dúvidas relativas ao prazo”*. -----

----- O presidente da Câmara interveio para referir que não existem motivos para alterar o programa de concurso, dado que o mesmo é extraído do Regulamento em vigor. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **EMPREITADA DE EXECUÇÃO DA 2.ª FASE DA AVENIDA DE MARTIM LONGO E ARRANJO PAISAGÍSTICO DA SUA ENVOLVENTE – 2.ª FASE DA AVENIDA DE MARTIM LONGO – VALIDAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE - RATIFICAÇÃO:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ratificar o despacho de aprovação da validação da atualização do Plano de Segurança e Saúde da Empreitada de Execução da 2.º Fase da Avenida de Martim Longo e Arranjo Paisagístico da sua Envolvente – 2ª. Fase da Avenida de Martim Longo, proferido em 20 de julho de 2016, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

R at.

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **ASSOCIAÇÃO DE JOVENS DO NORDESTE ALGARVIO/INTER-VIVOS – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA:** Foi presente uma proposta do sr. vereador do pelouro, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a atribuição de comparticipação financeira de € 520,00 (quinhentos e vinte euros), à Associação de Jovens do Nordeste Algarvio/Inter-Vivos, para fazer face a despesas relacionadas com organização do 1.º Circuito Urbano de Martim Longo em atletismo. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **GRUPO DESPORTIVO DE ALCOUTIM – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA:** Foi presente uma proposta do sr. vereador do Pelouro, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a atribuição de comparticipação financeira de € 1.625,00 (mil seiscentos e vinte e cinco euros), ao Grupo Desportivo de Alcoutim, para fazer face a despesas relacionadas com a organização das atividades desportivas inseridas na 65.ª Festa de Alcoutim. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DOS HOMENAGEADOS:** Assunto retirado, para esclarecimento adicionais.--

----- A vereadora Dr.ª. Dalila Barros interveio para questionar a razão da retirada do assunto, tendo o presidente da Câmara usado da palavra para mencionar que o ponto foi retirado devido à existência de dúvidas, relativas à atribuição da “*Medalha de Bons Serviços e Dedicção aos funcionários da*

Autarquia”, dado tratar-se do 1.º ano em que tal ocorre, no âmbito do Regulamento em vigor. -----

----- **PEDIDO DE CONSIDERAÇÃO DE PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL/MUKI SOLAR – CENTRO FOTOVOLTAICO DE VICENTES:**

Foi presente uma proposta do sr. vereador do pelouro, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar emitir Parecer Favorável ao Pedido de Consideração de Projeto de Interesse Municipal, respeitante ao Projeto da Central Fotovoltaica de Vicentes – 28,1 MVA apresentado pela Muki Solar, Lda, com o número único fiscal e de pessoa coletiva (NIPC) n.º 513 621 369, com sede na Avenida Cáceres Monteiro n.º 10, 1.º Sul, 1495-131 Algés, e que a deliberação que recair sobre a presente proposta, de acordo com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, seja remetida para a Assembleia Municipal para que esta aprove o Interesse Municipal, respeitante ao projeto da Central Fotovoltaica de Vicentes – 28,1 MVA, nos termos da alínea r) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O vereador José Pereira interveio para solicitar uma pequena explicação sobre o assunto. -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para elaborar uma pequena resenha sobre o tema, nomeadamente que existe um promotor que tem interesse em instalar painéis fotovoltaicos, no concelho, no entanto, por questões de licenciamento na Direção Geral de Energia necessitam de uma Declaração de Interesse Municipal. Continuou salientando que investimentos desta natureza *“devem ser sempre acarinhados”*, uma vez que geram alguma empregabilidade e aproveitamento *“de uma grande riqueza que é a exposição solar, daí a sua anuência em reconhecer interesse municipal”*. Informou ainda que a Edilidade, ao invés de outras, não sairá beneficiada com investimentos na área da energia, com a contrapartida dos 2,5% na faturação, uma vez que esta advém de um licenciamento que no passado teve tarifa garantida, e que no caso particular não se aplica. Quanto à contrapartida referiu que a única que poderá ser

A at.

aplicada é a garantia que as empresas sejam *“domiciliadas fiscalmente, no concelho, ou na área social”*. -----

----- O vereador José Pereira interveio para referir que devemos sempre *“reivindicar”*, dando como exemplo a Câmara Municipal de Tavira, aquando da instalação da Subestação elétrica, junto à Estrada de Cachopo, *“em que a mesma reivindicou e ganhou a reparação da estrada”*. -----

----- O presidente da Câmara interveio para referir que existe diferença entre os *“investimentos com tarifa garantida e os que não possuem”*, bem como referir que quando colocamos grandes exigências aos investidores a solução encontrada poderá passar pela alteração da zona de instalação. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para corroborar com o presidente e referir que qualquer investimento, em Alcoutim *“deverá ser abraçado, não tendo qualquer problema em reconhecer interesse municipal”*. Continuou mencionando que não concorda com o presidente quando o mesmo afirma *“que não devemos exigir contrapartidas porque não existem”*, tendo o presidente referindo que apenas afirmou que *“possuímos pouca razoabilidade nas exigências”*. O vereador continuou a sua intervenção salientando que estudos de viabilidade suscitam-lhe dúvidas, bem como os montantes dos investimentos apresentados. Findou questionando a localização e áreas dos referidos projetos. -----

----- O presidente da Câmara interveio para informar que os painéis fotovoltaicos, do monte dos Vicentes (União de Freguesia de Alcoutim e Pereiro) tem uma cobertura zona de sombra de 4,7 hectares e um total de vinte hectares. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para corroborar com o referido pelo presidente e vereador José Pereira, nomeadamente que *“devemos”* reconhecer o interesse municipal, porém, considera que os postos de trabalho, que constam nos referidos projetos, se fossem verdadeiros, *“era uma mina para Alcoutim”*. -----

----- O presidente da Câmara interveio para concordar com a vereadora, porém, se existir a criação de dois ou três postos de trabalho *“já era excelente”*.

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PEDIDO DE CONSIDERAÇÃO DE PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL/MUKI SOLAR – CENTRO FOTOVOLTAICO DE SÃO MARCOS:** Foi presente uma proposta do sr. vereador do pelouro, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar emitir Parecer Favorável ao Pedido de Consideração de Projeto de Interesse Municipal, respeitante ao Projeto da Central Fotovoltaica de São Marcos – 44,9 MVA apresentado pela Muki Solar, Lda, com o número único fiscal e de pessoa coletiva (NIPC) n.º 513 621 369, com sede na Avenida Cáceres Monteiro n.º 10, 1.º Sul, 1495-131 Algés, e que a deliberação que recair sobre a presente proposta, de acordo com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, seja remetida para a Assembleia Municipal para que esta aprove o Interesse Municipal, respeitante ao projeto da Central Fotovoltaica de São Marcos – 44,9 MVA, nos termos da alínea r) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PEDIDO DE CONSIDERAÇÃO DE PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL/MUKI SOLAR – CENTRO FOTOVOLTAICO DE PEREIRO:** Foi presente uma proposta do sr. vereador do pelouro, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar emitir Parecer Favorável ao Pedido de Consideração de Projeto de Interesse Municipal, respeitante ao Projeto da Central Fotovoltaica de Pereiro – 25,9 MVA apresentado pela Muki Solar, Lda, com o número único fiscal e de pessoa coletiva (NIPC) n.º 513 621 369, com sede na Avenida Cáceres Monteiro n.º 10, 1.º Sul, 1495-131 Algés, e que a deliberação que recair sobre a presente proposta, de acordo com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, seja remetida para a Assembleia Municipal para que esta aprove o Interesse Municipal, respeitante ao projeto

R M

da Central Fotovoltaica de Pereiro – 25,9 MVA, nos termos da alínea r) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PEDIDO DE CONSIDERAÇÃO DE PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL/MUKISOLAR – CENTRO FOTOVOLTAICO DE ALBERCAS:**

Foi presente uma proposta do sr. vereador do pelouro, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar emitir Parecer Favorável ao Pedido de Consideração de Projeto de Interesse Municipal, respeitante ao Projeto da Central Fotovoltaica de Albercas – 25,5 MVA apresentado pela Muki Solar, Lda, com o número único fiscal e de pessoa coletiva (NIPC) n.º 513 621 369, com sede na Avenida Cáceres Monteiro n.º 10, 1.º Sul, 1495-131 Algés, e que a deliberação que recair sobre a presente proposta, de acordo com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, seja remetida para a Assembleia Municipal para que esta aprove o Interesse Municipal, respeitante ao projeto da Central Fotovoltaica de Albercas – 25,5 MVA, nos termos da alínea r) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- O Senhor presidente propôs ao executivo a não realização das reuniões no mês de Agosto, devido ao período de férias, salvo se razão urgente se justificar, bem como informar que a reunião de setembro será antecipada para o dia 07 de setembro. -----

----- A proposta foi aceite por unanimidade. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** A sr. Rebeca Amaral, residente em Alcoutim usou da palavra para agradecer a atribuição da Bolsa de Estudo “*Dr. João Dias*”, no ano letivo de 2015/2016, no entanto, mostra desagrado pelo mesma ser liquidada tardiamente (mês de maio). -----

----- O sr. António Valério, residente em Alcoutim, interveio para mostrar o seu desagrado pela existência de gatos selvagens, no Bairro do Rossio, o que poderá causar infestações de pulgas/parasitas. -----

----- O presidente interveio para referir que irá proceder à avaliação das questões colocadas. -----

----- **MINUTA DA ATA:** Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nº 4 do artigo 20º do Regimento da Câmara Municipal de Alcoutim, foram deliberadas na Reunião de Câmara de 27 de julho de 2016, as propostas acima referidas, e para que as mesmas adquiram eficácia, conforme previsto no nº 4 do artigo supra citado, foi lida a minuta da Ata, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor presidente, foi encerrada a reunião, pelas doze horas e trinta e quatro minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, Ana Paula Martins Pereira, secretária das reuniões do executivo, da Câmara Municipal de Alcoutim que a redigi, e mandei lavrar.

O Presidente

A Secretária